

LITERATURA DE VIAGEM E HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

Roberto Carlos RIBEIRO*

Resumo: *Este artigo apresenta um estudo relacionando literatura de viagem e o lugar ocupado por ela em algumas histórias da literatura brasileira, aqui representadas pelos autores Alfredo Bosi, José Guilherme Merquior e Erico Verissimo. Demonstra, também, um esboço de uma possível história da literatura de viagem.*

Palavras-Chave: *Historiografia literária, literatura de viagem, literatura brasileira.*

O relato de viagem na historiografia literária brasileira aponta para duas questões: a primeira é que ele pode ser considerado a origem, o ponto de partida da formação de uma literatura brasileira; a segunda, e paradoxalmente, é que ele é analisado somente como uma fase inicial necessária mais como informação, desaparecendo no decorrer do estudo de tais historiografias, revelando, por parte dos pesquisadores, a inclusão de tal literatura na lista dos “gêneros menores”.

Este artigo fará uma crítica historiográfica abordando o relato de viagem sob a ótica do lugar por ele ocupado em algumas histórias da literatura brasileira e a sua valoração. Tal pressuposto se faz devido às novas concepções da historiografia literária que operam uma abertura para os gêneros considerados menores ou marginais.

Já é lugar-comum dizer que a história da literatura passou de um período hegemônico – século XIX e início do XX – para uma estagnação. O surgimento de novos estudos nos anos 1960 e 1970 – formalistas russos, a Nova Crítica americana, o Estruturalismo, etc. – abafaram o que restava da concepção positivista da disciplina que propunha uma visão global e verdadeira dos objetos estudados. Chegou-se à conclusão de que tal conhecimento era impossível. Em um mundo cada vez mais multifacetado, em que a pluralidade se torna a tônica dos questionamentos, a resposta não pode e não deve ser unívoca: deve haver respostas. Assim, a história da literatura passou a ser histórias da literatura. No lugar do único, o múltiplo. Em vez da verdade, as verdades. No lugar do certo, o relativo.

A história da literatura depara-se com uma crise. A unicidade é questionada. A visão de que existiria uma única e verdadeira história é posta

* Doutor em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. e-mail: robertocarlosribeiro@bol.com.br

em questão. A materialidade do passado é discutida. Nos estudos de historiografia da literatura atual, de acordo com a visão dos pesquisadores universitários, não se crê ser possível que um único estudioso, um homem de letras possa escrever toda a história da literatura de um país, sem que apareça a sua subjetividade. Ou seja, o objeto deixa de ser impessoal para se transformar em um discurso pessoal, localizável, manipulado. A crise da história da literatura é uma crise de autenticidade. Sem prestígio e sem respeitabilidade científica, o seu caminho parecia sem volta. A partir do já famoso texto de Hans Robert Jauss, *A história da literatura como provocação à teoria literária* (1967), a história da literatura começou a se questionar e a procurar soluções para os seus problemas.

Era preciso soltar as margens que até então encapsulavam a história da literatura na camisa-de-força chamada positivismo. A partir do ensaio de Jauss, a disciplina em questão passou a ter um sopro de vida, pelo menos do ponto de vista acadêmico, com a estética da recepção nos anos 1970. De outro lado, a nova história que provém dos historiadores que pertenceram à *École des annales* – Febvre e Braudel – e outros pesquisadores que se interessaram pela questão, como Raymond Aron, Paul Veyne, De Certeau. *Grosso modo*, todos estavam preocupados com a decadência do prestígio da disciplina e, ao mesmo tempo, procurando saídas para a continuação dos estudos historiográficos. Tornou-se necessário desvendar o lugar do historiador para acabar com a mal usada objetividade da disciplina.

O processo de destruição da certeza positivista abriu a caixa de pandora da realidade do pesquisador atual. Alguns anos atrás, um historiador da literatura brasileira, por exemplo, escrevia seu trabalho montando uma lista de obras e autores, geralmente por ordem cronológica, separados por períodos que enfaixavam essa obra sob um conceito estético de escola. O material, de serventia didática, falsamente representava uma certeza, uma verdade sossegada e tranqüila para aqueles dependentes dele. Hoje, o historiador da literatura pode se apoiar na idéia de história como narração, proposta por David Perkins¹, ou na historiografia literária assumida como interesse e paixão por parte do pesquisador, vislumbrada por Heidrun Krieger Olinto², basear-se no hibridismo e na alteridade, ampliando o compasso de recolhimento de obras literárias para a disciplina, conforme sugere Nelson H. Vieira³, entre outras opções.

Escrever uma história da literatura brasileira era definir um espaço e

¹ PERKINS, David. *História da literatura e narração*. Trad. Maria Ângela Aguiar. Porto Alegre: FALE/PUCRS, 1999.

² OLINTO, Heidrun Krieger. Interesse e paixões: histórias de literatura. In: ____ (Org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

³ VIEIRA, Nelson H. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

uma identidade característicos de um povo e uma cultura. Agora que tal definição é questionada, qual seria a relação entre a história da literatura e a sociedade? O tempo atual é de desconstruir núcleos homogêneos, centrais e únicos e expor a diversidade formadora de uma sociedade. Para Paulo Franchetti⁴, a função primordial das histórias literárias era definir uma identidade nacional. Agora que esse discurso foi posto de lado, não restaria nenhum outro objetivo para a historiografia literária. Segundo o pesquisador, a pulverização ideológica da unidade em pluridiversidade faz com que as histórias sociais, e das mentalidades e costumes ocupem o espaço anteriormente preenchido pelas histórias da literatura.

Mas é justamente ampliando o cânone literário, e abarcando obras que foram postas de lado pela historiografia tradicional é que poder-se-á vislumbrar a amplitude alcançada pela literatura brasileira. É nesse âmbito que se encontram as histórias sociais, das mentalidades e costumes. É vasculhando e dando à luz essas obras esquecidas, e mirando o foco da interpretação para além da pura estética, e incorporando as novas realidades metodológicas e hermenêuticas, que será possível olhar para trás e refazer algumas análises, assim como olhar para o futuro e preparar o horizonte da nova recepção.

É baseado nessa perspectiva historiográfica que far-se-á o estudo à seguir. Para tanto, utilizar-se-á das seguintes obras, conforme o critério da especificidade de sua brevidade ou resumo: *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi⁵; *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*, de José Guilherme Merquior⁶; e *Breve história da literatura brasileira*, de Erico Verissimo⁷.

O interesse de Alfredo Bosi pelos relatos dos primeiros europeus que descreveram os habitantes e as paisagens da terra recém-descoberta é ideológico⁸. Através dessas crônicas, o pesquisador procura, na pré-história das letras brasileiras, a "visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país" (2000, p. 13). Segundo o autor, as origens da literatura brasileira não devem ser formuladas com relação à Europa, mas sim fazer um paralelo com outras literaturas americanas, como as de língua espanhola e as de língua inglesa. Ou seja, a historiografia literária das Américas teria algo em comum, um denominador comum: a marca da colonização como fator fundamental. Desconhecer ou ocultar essas primeiras impressões do

⁴ FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. In: SEMEAR: Revista da cátedra Padre Antônio Vieira de estudos portugueses. Rio de Janeiro, n. 7, 2002.

⁵ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 37 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

⁶ MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

⁷ VERISSIMO, Erico. *Breve história da literatura brasileira*. Trad. Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995.

⁸ Bosi destaca que na *História da Literatura Brasileira*, de José Verissimo, não existe referência aos textos de informação, pois o autor se guiava pela estética e não via categoria do literário nessas primeiras crônicas sobre o País (p. 13).

“processo cultural” seria prejudicar a compreensão das reações intelectuais formadoras da brasilidade, em especial o fenômeno da mestiçagem.

As primeiras letras referentes à cultura luso-brasileira documentam a instauração do processo colonial. “São *informações* que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro” (BOSI, 2000, p. 13). Esses primeiros relatos não teriam valor literário, mas apenas interesse informativo, pura crônica histórica. Através desses diários, observar-se a paisagem, os nativos habitantes da terra e as relações começando a desenhar-se com os primeiros contatos entre esses e os portugueses. Bosi salienta, ainda, o fato de as primeiras impressões sobre o Brasil, através dos relatos de viagem, servirem, principalmente, aos modernistas, como reforço para se afirmar a cultura brasileira frente ao crescente processo de europeização. Desse ângulo, as crônicas de informações se tornam “obliquamente” uma categoria estética da literatura. Tal transformação se faz na inserção da visão primitiva e originária da paisagem brasileira através dos temas míticos relacionados à brasilidade, principalmente o índio e a natureza. Mas essa é uma segunda etapa. A primeira ainda está relacionada com as crônicas dos viajantes europeus.

Dentre todos os textos, Bosi destaca aqueles que estão diretamente ligados ao seu objetivo. O primeiro refere-se à *Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel*, de Pero Vaz de Caminha, a que ele denomina de “autêntica certidão de nascimento” do Brasil. Nela, o pesquisador observa estritamente a descrição dos indígenas feita pelo autor e conclui pela necessidade de cristianizar os gentios. Não se esquecendo da visão mercantilista que a nova terra propunha. Os excertos privilegiados pelo historiador são relativos aos índios e à postura soberana e dominadora de Pedro Álvares Cabral.

O segundo texto é o de Pero de Magalhães Gândavo, *História da Província de Santa Cruz*. Em um espaço mais privilegiado do que ao dado à carta de Caminha, Bosi comenta e reafirma a opinião de Capistrano de Abreu, que viu na obra de Gândavo “uma propaganda da imigração”. Assim como o relato de Pero Vaz de Caminha, aqui também a relação mercantilista é o motor gerador do relato. A intenção econômica, não só do autor do relato como também da nação portuguesa, é explicitamente decalcada das descrições da terra, flora e fauna, além dos nativos e da expectativa de se encontrar ouro, prata e pedras preciosas, dando à terra nova um lugar de destaque na relação Europa-Índia.

Dando continuidade à relação dos textos, surge a obra de Gabriel Soares de Sousa *Tratado descritivo do Brasil*. Nele, Bosi observa os mesmos interesses mercantilistas de outros relatos e também a abrangência maior do texto com relação à paisagem brasileira e seus componentes. Destaca a intuição etnográfica do autor quanto à descrição dos nativos.

O relato dos jesuítas traria a informação e mais duas justificativas: as intenções pedagógica e moral, que afloram nas obras de Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim e José de Anchieta. Dos dois primeiros, Bosi não comenta quase nada, detendo-se, em várias páginas, nos escritos do Padre Anchieta.

Diferentemente daqueles que ressaltaram o lado administrativo e mercantilista, esse possui o “veio místico” necessário, segundo Bosi, em toda obra religiosa. A partir daí, o professor analisa alguns poemas do jesuíta, traz sete excertos de poemas do mesmo, esquecendo-se de que está apresentando os relatos de viagens. Anchieta não descreve paisagens e costumes como quem relata uma missão especial.

O interesse de Bosi na obra do poeta beira a idolatria da estética, que é vista nesses primeiros poemas surgidos na *Terra Brasilis*, em que Anchieta traz a religiosidade católica do branco europeu para os nativos do Brasil como forma de catequese. A perspectiva religiosa impressa tanto em poesias como no teatro teria estritamente a função de cristianizar e dar uma alma àqueles perdidos no limbo da gentilidade. Mas Bosi analisa e interpreta os poemas do jesuíta da perspectiva do veio místico, o que reforça, por parte do pesquisador, o relacionamento entre estética e aura metafísica. As apreciações sobre a poética de Anchieta é forte: se os autos são pastorais, “o mesmo não ocorre com os seus poemas que valem em si mesmos como estruturas literárias” (BOSI, 2000, p. 19). O professor transpõe para a sua história literária nada menos que sete extratos de poemas do autor.

Seis páginas depois, que se pode dizer de digressão, Bossi retoma o tema a que tinha se proposto e traz os *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão. Nele, há a mesma preocupação de todos os primeiros cronistas: “continuar nesse diapasão justapondo mil e um informes úteis para o futuro povoador da terra” (2000, p. 24).

Bosi termina a seção “A condição colonial” analisando os textos de Frei Vicente do Salvador e João Antônio Andreoni (Antonil), considerados pelo pesquisador como dois textos que dão um passo além do discurso de cronistas para um encaminhamento ao discurso histórico, pois mais do que relatório, o escrito contém uma “reflexão sobre acontecimentos” (2000, p. 24). Na ótica de Bosi, Frei Vicente do Salvador já se preocupa em interpretar as questões do colono como um projeto de história luso-brasileira, uma incipiente identidade nacional. Já a obra de Antonil retoma a questão econômica. Em uma única frase, faz o balanço do que foram os primeiros passos das letras no período colonial: “Um balanço da prosa do primeiro século e meio da vida colonial dá-nos elementos para dizer que o puro caráter informativo e referencial predomina e pouco se altera até o advento do estilo barroco” (BOSI, 2000, p. 25).

De certa forma, Bosi considera as crônicas do século 16 um gênero comum sem grandes diferenças entre um escrito e outro. Tanto que ao introduzir o tema, ele relaciona nove textos de origem, mas analisa apenas sete, fazendo um resumo por alto. No caminho inverso, o texto de João Antônio Andreoni não é citado na introdução do assunto, mas na análise surge ao lado da obra de Frei Vicente do Salvador.

Da análise dos textos dos primeiros cronistas-viajantes, sobressaem algumas características que apontam a relevância do assunto para Bosi. A literatura de viagens era um gênero copiosamente representado durante o século

15 em Portugal e Espanha, atestando o olhar ibérico voltado para o mar e a conseqüente saída econômica para as duas nações. Por isso, os informes sobre o Brasil são sistemáticos. Eles criam relatórios pormenorizados a respeito da terra, na intenção de propagar o local como mercado econômico e para uma possível colonização.

Outro item comum entre os cronistas diz respeito ao nativo da terra, visto no nível descritivo sem qualquer conotação subjetiva ou polêmica. Eles faziam parte do cenário, compondo uma natureza luxuriante e convidativa para a imaginação, reacendendo a questão da visão do paraíso. O Eldorado, o Éden recuperado, a volta à Idade de Ouro da humanidade, que pensavam ter encontrado, parecem confirmar as expectativas humanas quanto ao espaço reservado para a paz, a juventude e a bondade. Ironicamente, essas imagens fazem parte da mesma totalidade da ânsia mercantilista do olhar do cronista-viajante e de seus representados, os governantes ambiciosos por mercadorias rentáveis. Os cronistas se debruçaram sobre a terra e o nativo com um espírito ao mesmo tempo ingênuo e prático.

Para além da idéia de paraíso, interessava mesmo era a preocupação com o ouro e as pedras preciosas que se esperava existissem em grande quantidade nas terras do Brasil, à semelhança das peruanas e mexicanas, tônica incontestável da literatura informativa. Mesmo quando alguns portugueses passaram a viver e cultivar a terra no Brasil, a crônica de informação continuou sendo o melhor modo de angariar novos colonos, mas já apontava, segundo Bosi, uma primeira forma de retenção nativista como forma de uma semente cultural brasileira. “A insistência em descrever a natureza, arrolar os seus bens e historiar a vida ainda breve da Colônia indica um primeiro passo da consciência do colono, enquanto homem que *já não vive* na Metrópole e, por isso, deve enfrentar coordenadas naturais diferentes” (BOSI, 2000, p. 24).

Para Bosi, essa seria a primeira etapa na análise da literatura de viagem, ou seja, os relatos daqueles que passaram ou viveram alguns anos no Brasil e descreveram suas paisagens e seus habitantes com interesse puramente mercantilista. Uma segunda etapa é apontada por ele quando do movimento romântico, principalmente pelas obras de José de Alencar.

A presença forte de três traços românticos, o nacionalismo, a natureza expressiva e a figura do herói são fatores decisivos para a retomada das imagens primitivas registradas pelos cronistas quinhentistas. Só que agora o ângulo de visão deverá ser o de exaltar aquilo que os viajantes, de certa forma, denegriram. Principalmente o nativo, fim da reclamação de Alexandre Herculano ao poeta Gonçalves Dias, sentindo a ausência de espaço maior para essa personagem tipicamente brasileira. Para Bosi, “é preciso ver na força de Gonçalves Dias indianista o ponto exato em que o mito do bom selvagem, constante desde os árcades, acabou por fazer-se verdade artística. O que será moda mais tarde, é nele matéria de poesia” (BOSI, 2000, p. 105).

Dentro do grupo romântico, José de Alencar ocupará o lugar mais proeminente pela natureza e extensão da obra que produziu. Nele, natureza e

gesto heróico fazem parte de um mesmo sistema produtor de personagens. Para Bosi, o autor busca a fuga, natural nos românticos, do progresso para um mundo selvagem: “O Brasil ideal de Alencar seria uma espécie de cenário selvagem” (BOSI, 2000, p. 138). O historiador aponta como uma das suas características principais o anseio profundo de “evasão no tempo e no espaço” (BOSI, 2000, p. 137). É dentro dessa perspectiva que Alencar retornaria às raízes da nação brasileira para buscar inspiração para suas obras, principalmente as de tema indianista, como *Iracema*, *O guarani* e *Ubirajara*.

Alfredo Bosi não aprofunda a questão da literatura de viagem nos textos de Alencar, apesar de ter feito um elo com o tema quando escreveu sobre a condição colonial do Brasil. Poderia ter feito uma bela relação, principalmente com o último dos romances indianistas. *Ubirajara*, de 1874, é o texto mais próximo da questão aqui proposta. A obra está mais para novela-ensaio do que para romance. Tem uma estrutura enxuta, focalizando a personagem principal e seus dois objetivos, quais sejam tornar-se um grande guerreiro e ter uma mulher à sua altura. O texto é curto, cerca de noventa páginas, das quais várias são notas de rodapé inseridas pelo autor para esclarecer pontos considerados, por ele, importantes. Ao longo da narrativa, o escritor procura desconstruir imagens distorcidas que os primeiros viajantes-autores criaram a respeito da Nova Terra, seus habitantes nativos e suas culturas. Os referenciados são, principalmente, o português Gabriel Soares, o inglês Robert Southey, os alemães Alexandre von Humboldt e Hans Staden, os franceses Ives d'Evreux, Jean de Lery e Ferdinand Denis entre outros. De alguns, Alencar busca o esclarecimento de tradições e costumes e concorda com eles; de outros, tenta refutar os textos, as impressões negativas e observações superficiais que redundaram em características desfocadas do nativo.

Meio século depois, chega a vez de o Modernismo dar uma nova ênfase ao motivo, segundo Bosi. Repare que o tema proposto pelo pesquisador de levar a questão do relato de viagem do século 16 para as obras de Alencar e, agora para Mário e Oswald de Andrade é puramente temática e visa somente a figura do índio como remédio nativo para o excesso de cultura estrangeira misturada nas letras brasileiras. Toda vez que o artista e/ou intelectual se vê sufocado pelas formas e conteúdos alienígenas, busca rapidamente as raízes bráslicas, ou seja, o nativo tupiniquim e seu legado oral de mitos e lendas, incorporados por diversos escritores na cronologia histórica da literatura brasileira. Vide o próprio Mário de Andrade que, para compor a sua rapsódia, pesquisou e encontrou no lendário indígena recolhido pelo alemão Koch-Gruenberg em *Von Roraima zum Orinoco* a imagem de Macunaíma.

Assim foi com o Modernismo. Buscando um caminho de contraste entre o velho e o novo, os intelectuais navegavam em um vaivém entre o universalismo e o nacionalismo com todas as conseqüências e seqüelas que esse embate produz na cultura brasileira. Alguns escritores “viveram com maior ou menor dramaticidade uma consciência dividida entre a sedução da ‘cultura ocidental’ e as exigências do seu povo, múltiplo nas raízes históricas e na

dispersão geográfica” (BOSI, 2000, p. 306). Além do equilíbrio entre o nacional e o universal, era necessário buscar um meio termo entre o progresso e a modernidade iminentes e a certeza “de que as raízes brasileiras, em particular, indígenas e negras, solicitavam um tratamento estético, necessariamente primitivista” (BOSI, 2000, p. 341). Além disso, a incorporação da pesquisa folclórica se torna uma das opções mais fecundas de toda a cultura brasileira nesse período, segundo Bosi. Aqui também aparecem reflexos da literatura de viagem, quando Mário de Andrade e séqüito passeiam não só por Minas Gerais mas também por vários estados do norte, coletando histórias e músicas folclóricas. Desse périplo surgiu *O turista aprendiz*, em que Mário de Andrade relata o contato com a vida indígena como se fora um Pero Vaz de Caminha.

A busca pelo primitivismo brasileiro através do folclore e mitos indígenas tem paralelo, segundo o historiador, na cultura européia que também resgata em suas raízes os motes e temas para as suas obras-primas. Beberam na fonte do primitivismo Tarsila do Amaral e Portinari, Vila-Lobos e Mignone, Lourenço Fernandez e Camargo Guarnieri, Mário e Oswald de Andrade, Jorge de Lima e Guimarães Rosa. “A revivescência, em registro moderno, dos mitos indígenas, africanos e sertanejos em geral é um dado inarredável para entender alguns pontos altos da pintura, da música, e das letras que se fizeram nos últimos quarenta anos” (BOSI, 2000, p.351).

Também Oswald de Andrade bebe da fonte dos relatos de viagem. Em seus manifestos *Pau-Brasil* e *Antropofágico* ele soma o modernismo e o primitivismo definidores de sua visão de mundo. Busca não só o espaço moderno da nação, mas também a vida pré-colonial e colonial, redefinindo conceitos de identidade e nacionalidade, às vezes clichês como “a ‘luxúria’, a ‘avidez’ e a ‘preguiça’ com que nos viram os colonizadores do século XVI e as teorias colonialistas do século XIX” (BOSI, 2000, p. 359). Bosi esquece que Mário de Andrade retratou também o índio preguiçoso como protótipo do brasileiro. Mário podia, Oswald não.

O interesse de José Guilherme Merquior pelos relatos dos primeiros europeus que descreveram os habitantes e as paisagens da terra recém-descoberta é estético-tradicional. Por isso, inicia a obra sob o signo do “costume”: “É costume iniciar a história da literatura nacional pelo exame das obras escritas, quase sempre sem intenção artística, por colonos ou viajantes, nos dois primeiros séculos do Brasil” (MERQUIOR, 1996, p. 12). A opinião é a de que os relatos de viagens servem para documentar, exibir a atmosfera cultural das capitanias no sentido de revelar a psicologia do colono, servem, finalmente para a compreensão “do fundo espiritual de que nasceu a experiência histórica do Brasil, e, dentro dela, pouco mais tarde, a literatura nacional” (MERQUIOR, 1996, p. 12).

A literatura de viagem refletiria a avidez colonial na imagem parcialmente superlativa. Uma terra excelente, com fauna e flora abundantes e solo fértil. Essa “prosa de notícia” é dividida por Merquior em duas classes. A primeira estaria subordinada ao imaginário mais do que ao realismo da observação e

serviria para o processo mercantilista da época. Estão relacionadas crônicas e relatos de: Pero Vaz de Caminha e a sua *Carta*; Pero de Magalhães Gandavo e a *História da Província de Santa Cruz*; Gabriel Soares de Sousa e o *Tratado Descritivo do Brasil*; e do jesuíta Antonil a *Cultura e opulência do Brasil*. Diferentemente de Bosi, José Guilherme não analisa separadamente cada obra. Ele cita apenas, englobando-as dentro da visão referida acima.

Na segunda classe estaria Ambrósio Fernandes Brandão com os *Diálogos das grandezas do Brasil*, ao qual Merquior dá um grande destaque diante do interesse da leitura que ela proporciona, diferentemente das outras obras, por apresentar um processo de abrasileiramento cultural vendo a terra não como um espaço de mercadoria, mas como uma terra para se criar raízes. Assim também Merquior classifica a obra de Frei Vicente do Salvador. Ela seria um passo a mais no estágio avançado na consciência brasileira. Portanto, esses dois relatos não se aderiam apenas ao pitoresco e fabuloso, mas descreviam a real condição da terra e de seu povo em formação.

Diferentemente de Bosi, Merquior separa a literatura dos jesuítas da condição de relato de viagem e de informação para uma literatura de catequese, muito mais condizente com o espírito dela. Sem apontar os relatos dos primeiros viajantes como tema para a literatura futura, o pesquisador encerra essa sessão assim, simples e com informações sucintas, sem muito aprofundamento.

O interesse de Erico Verissimo pelos relatos dos primeiros europeus que descreveram os habitantes e as paisagens da terra recém-descoberta é lúdico. O único texto selecionado por ele é a carta de Caminha. O autor a define como o primeiro documento escrito sobre o Brasil. Ainda não é literatura e muito menos brasileira, pois “no século XVI não havia literatura brasileira nenhuma. Havia, é claro, muitas cartas, ensaios e poemas escritos no Brasil por portugueses e por escritores estrangeiros” (VERISSIMO, 1995, p. 21).

A “deliciosa” carta de Caminha, como Erico a chama, além de marcar uma origem muito mais da terra descoberta do que de uma literatura brasileira, serve para o escritor como base para toda a forma de conceito que se ligará à cultura escrita do Brasil. Ele retira da obra a famosa frase “a terra é tão boa que, em se plantando, tudo dá” (VERISSIMO, 1995, p. 21); e é com esse bordão que ele explica a literatura brasileira como reflexo da cultura européia, das modas literárias e artísticas, principalmente portuguesa e depois francesa. A terra seria tão boa que qualquer cultura estrangeira floresceria aqui, assim como qualquer forma de dominação, como a religião, que ironicamente ele diz ter sido plantada na Terra Nova: “Os portugueses plantaram uma grande cruz de madeira perto do lugar onde haviam aportado, celebraram missa e o escrivão da frota enviou carta a seu rei, descrevendo as maravilhas e belezas naturais da terra e as peculiaridades de seus habitantes” (VERISSIMO, 1995, p. 18).

Alfredo Bosi confere às informações relatadas pelos viajantes quinhentistas o peso ideológico da colonização. Para ele, recuperar alguns relatos desse tempo é poder demonstrar a visão do outro, dos primeiros cronistas

quanto à terra recém-descoberta, os primitivos habitantes e paisagens locais. O ângulo explicitamente estético do pesquisador dá espaço à dialética da colonização para demonstrar a dependência dos países americanos a uma busca comum para a criação da cultura colonizada. Fora dessa relação, o peso estético da sua formação obscurece o provável valor das narrativas de informação. A ligação direta que ele faz com os temas e personagens que irão povoar permanentemente a literatura e a cultura brasileiras é um exemplo dessa transformação do relato de viagem como informação em um discurso estético afinado com sua visão de arte.

José Guilherme Merquior, seguindo somente a estética, traça um perfil da literatura de viagem diferente do de Bosi. Para aquele, não há preocupação com a questão colonial como base para um entendimento da formação cultural do Brasil. Ou seja, não haveria uma necessária relação dialética entre colonizador e colonizado nas bases de uma metodologia para o estudo da literatura em questão. Se Bosi prescinde da condição colonial para a sua análise, Merquior a desqualifica remetendo sua necessidade para o uso do costume e da tradição. Partindo de um amplo conhecimento filosófico, histórico e lingüístico, o pesquisador predispõe da estética como conhecimento harmonioso para a análise do cânone em apreço. Os relatos, as cartas e diários se enquadram em uma conseqüência natural daqueles que por aqui passaram e que deviam obrigações a seus senhores. Por isso o espaço exíguo que ganham tais gêneros. Note-se que o pesquisador titula a sessão em estudo de "A literatura da era barroca no Brasil", passando descompromissadamente pela questão da herança da condição colonial, que tanto aflige Bosi. O termo usado por Merquior para qualificar tais relatos dá a idéia da sua valorização; ele os chama de "literatura de celebração e conhecimento da terra".

Erico Verissimo compõe uma história da literatura totalmente diferente das duas precedentes. A sua veia de contador de histórias é muito mais marcante que o seu lado historiador. A adjetivação que o autor dá à carta de Caminha é revelador disso, "deliciosa" pode ser muita coisa, menos o primeiro relato da *Terra Brasilis*. Mas falando para uma platéia de norte-americanos, na língua deles, Verissimo usa de artifícios para não sobrecarregar os ouvintes; incluindo nesse item a não menção a muitos relatos de viagens, que se tornariam intragáveis para a platéia. A sua metodologia não é focada para a ideologia, nem à estética pura, mas àquela que melhor resultado daria naquele espaço, qual seja a lúdica-estética.

Portanto, nas três obras analisadas, a literatura de viagem mencionada foi a que deu origem a uma escamoteada literatura brasileira no século 16. As crônicas, cartas e diários dos viajantes quinhentistas foram classificados, no geral, como literatura de informação. Os dados observados e anotados tinham objetivos pessoais, religiosos e/ou mercantilistas e funcionavam como vitrine para um produto, o Brasil. Tirando essa primeira definição de literatura de viagem, os três pesquisadores encerram por aí a questão. Bosi, apesar de sinalizar uma extensão do assunto em pauta, aborta o estudo do gênero e o

desfaz em tema, idéia, assunto ou personagem (tematologia), perdendo o fio inicial do conceito.

Se os historiadores não historicizaram mais a literatura de viagem é porque ela só existiu no século 16? Nenhum romancista se aventurou, depois disso, na narrativa de paisagens e povos de uma determinada região? Ou será que a literatura de viagem ainda carrega o *status* de uma literatura menor como disseram explicitamente Bosi e Merquior? Note-se que Erico Verissimo não traz nenhum conceito estético sobre tal questão. Para ele, a literatura de viagem existiu, teve um significado específico e isso é tudo. Não obstante o silêncio dos pesquisadores, a literatura de viagem continuou fazendo parte da vida e da escrita dos romancistas brasileiros.

Dos três autores estudados nesse artigo, somente Alfredo Bosi especifica, em notas de rodapé, a bibliografia dos escritores analisados. Assim, para cada um existe uma relação de obras sem, entretanto, aludir a uma classificação quanto ao gênero do texto. Por isso, há certa dificuldade em se separar ficção de relato de viagem, ou de crônica e correspondência. Portanto, utiliza-se aqui a obra de Antonio Candido e José Aderaldo Castello, *Presença da literatura brasileira*,⁹ como um dicionário literário, para se observar a questão da viagem. Nos três volumes da obra, os dois autores separam os textos dos escritores por gênero, dando maior visibilidade para as suas bibliografias.

Mesmo assim, pode-se encontrar o que seria uma falha na pesquisa dos autores, pois os mesmos, apesar do esforço no levantamento dos gêneros dos escritores relacionados, deixam passar alguns relatos de viagens sem especificá-los. Quando escrevem sobre Joaquim Manuel de Macedo, eles não indicam como relato de viagem o livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de 1862, nem o *Viagens pelo Rio Amazonas*, de Gonçalves Dias, por exemplo.

De todos os escritores analisados, Candido e Castello separam especificamente como relato de viagem as obras de três autores: Jorge Amado, com *O mundo da paz*, Graciliano Ramos e o seu *Viagem*, e Erico Verissimo e os livros *Gato preto em campo de neve*, *A volta do gato preto* e *México, história duma viagem*. Por essas amostras, pode-se concluir que os pesquisadores consideraram relatos de viagens somente os escritos que relatam observações de cidades e/ou países estrangeiros. Os percursos realizados no próprio país ficaram de fora.

O conceito de literatura de viagem que daí sobressai poderia ser definido como a expressão do encontro entre duas culturas distintas: a do escritor e a do observado. Tal conclusão não deixa de ser um pálido reflexo da questão da influência de outras culturas na vida artística brasileira. Uma outra dedução possível quanto ao quadro acima é a de que tal literatura de viagem se deu,

⁹ CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. 11 ed. São Paulo: Difel, 1982. 3 vol.

segundo os pesquisadores, no período mais recente da literatura brasileira, também denominado de Modernismo.

José Paulo Paes, no seu *Pequeno dicionário de literatura brasileira*¹⁰, escrito com Massaud Moisés, empreende uma classificação mais flexível a respeito dos relatos de viagens, que poderiam ser assim relacionados:

1) Relatos de viagens correspondentes à época do Brasil-Colônia, considerados como literatura de informação. São escritos praticados por viajantes de língua portuguesa, nascidos ou não no Brasil, e por estrangeiros como Hans Staden, André Thevet, Jean de Léry, Antoine Knivet e outros. Os portugueses e brasileiros são, dentre outros, Pero Vaz de Caminha, Pêro de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, etc.

2) O relato de viagem ganha feição científica no século 19 com a vinda de estudiosos europeus para o Brasil, como Saint-Hilaire. Nesse período, alguns escritores brasileiros, com a veia romântica dilatada pelo nacionalismo, empreendem viagens pelas regiões do País, resultando daí relatos “de parco significado literário” segundo os pesquisadores. São desse período os já citados Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Adolfo Caminha, com *No país dos lanques*, também escreveu suas peregrinações, assim como outros autores.

3) Um terceiro tempo da literatura de viagem se faz com o advento do Modernismo. Agora, mais do que uma informação ou um relato científico, trata-se de compreender, a fundo, a cultura brasileira multifacetada, composta por diversas representações de diferentes regiões e origens.

4) Com o alargamento de textos sobre relatos de viagens, chega-se a uma quarta etapa desse gênero, principalmente com Erico Verissimo, que, segundo Paulo Paes e Massaud Moisés, “Dentre os autores modernos, manda a justiça destacar: Erico Veríssimo (...), o mais significativo de todos, já pela linguagem, já pelo senso do poético e do cotidiano, não obstante a leveza propositada de reportagem ou de ficção”¹¹. Com o escritor gaúcho, o relato de viagem ganharia, para além da sua feição de reportagem, um toque literário e estético, elevando assim o gênero a um patamar mais nobre.

Portanto, a literatura de viagem passaria de uma mera crônica de informação no século 16 para um relato científico três séculos depois, espalhando-se para uma forma de conhecimento cultural das raízes do próprio País, já no início do século 20, terminando por desaguar em um relato-reportagem com ares de literatura na metade do mesmo século. Esse processo que, aparentemente evidencia uma progressão, pode ser anulado a partir da montagem da história, não em espaços regidos pela cronologia, mas em temas específicos relacionados à idéia viagem. Uma historiografia da literatura de

¹⁰ PAES, José Paulo; MOISÉS, Massaud. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1969.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 436-7.

viagem poderia conter três capítulos principais: 1) A literatura de viagem rural; 2) A literatura de viagem urbana e 3) A literatura de viagem em solo estrangeiro.

No entanto, a historiografia da literatura brasileira continuou apegada ao esquema estético como base e limite para os seus cânones. Numa guinada de cento e oitenta graus, pode-se pensar em uma história da literatura de viagem abrangendo os textos que, assim como a literatura infantil e infanto-juvenil, a correspondência, a crônica, etc., foram deixados à margem do cânone oficial. É necessário, para tanto, que se coloque de lado o ângulo clássico de se analisar as obras através da perspectiva da personagem, do tempo e da ação, além da questão da forma e da gênese da alta cultura, para poder observar parâmetros mais abrangentes e que dizem mais da era contemporânea.

Um olhar para a estética da recepção como prioridade, por exemplo, irá demonstrar que uma história da literatura atual seria composta por nomes e obras totalmente diferente das que habitam os livros de historiografia literária. Se a questão de gêneros fosse colocada como prioridade ter-se-ia uma outra história da literatura. Por que não tentar? A própria história composta por Erico Verissimo já apresenta um cânone, senão totalmente diferente, pelo menos com alguma inovada relação de obras e excertos. É um texto específico para um público especial? Sim, mas é uma obra que não tem pretensão de ser eterna e nem de relacionar nomes canônicos da literatura. Talvez esse seja o principal defeito da historiografia literária, olhando-se a partir da contemporaneidade: a necessidade de que alguns autores têm em especificar o cânone que, talvez seja redundância, deva ser eterno.

O fluir do tempo, questão da historiografia, demonstra que, inevitavelmente, uns autores permanecem, mas depois somem; algumas obras sobressaem em uma época, depois desaparecem. Autores e obras que nunca foram relacionados em uma história da literatura, de repente aparecem como obras-primas. No entanto, a historiografia teima em consolidar autores e obras como monumentos para a eternidade, como se não fosse possível o seu desaparecimento. Para tanto, somente a estética sustenta tal artificialidade. Quem poderá dizer que, esteticamente, a obra de Machado de Assis, um dia, ruirá? Ninguém, pois desse ponto de vista, ela é perfeita e sempre será. Agora, use um outro paradigma de análise: a questão do discurso de gênero, por exemplo. Como a mulher aparece em sua obra? Como os agregados vivem nos seus livros? A famosa questão escravocrata que tanto lhe é cobrada? As lacunas começam a aparecer.

Aproveitando que os estudos literários contemporâneos são marcados, cada vez mais, pela ruptura de diferentes variantes da autonomia do estético, é possível contemplar uma historiografia literária que dê oportunidade para os textos marginais. A partir dessa nova ampliação dos horizontes, poder-se-ia perceber os diversos matizes culturais relegados ao obscurecimento por conta de uma estética clássica, de feição acadêmica e enrijecida. Os relatos de viagem podem contribuir com essa renovação ao apontarem para a ampliação da vida cultural, tanto oficial quanto cotidiana, além de aflorarem as questões

de comparatismo literário. Podem, ainda, problematizar as questões da interpretação e da alteridade, além da retórica e da ciência, ao interagirem espaços diferentes com sociedades e culturas diversas através de narrativas que se equilibram entre o objetivo e o subjetivo, a realidade e a ficção.

As historiografias literárias de Alfredo Bosi e José Guilherme Merquior refletem a instituição do estético acadêmico, não podendo, portanto, ampliar a análise do relato de viagem para além das características que lhe deram origem, isto é: observar, relatar e informar nas formas de crônicas, relatos e diários com intuítos ideológicos, mercantilistas e religiosos. Erico Verissimo aponta para uma relação mais lúdica do contador de histórias que reconhece o filão literário no relato de viagem de Pero Vaz de Caminha. Pode ser que se comece aqui, com esse escritor, como afirma José Paulo Paes, um verdadeiro reconhecimento do lado literário de tais relatos de viagens; mesmo porque o autor de *O tempo e o vento* consagrou parte de suas criações para narrar as suas viagens aos Estados Unidos (dois volumes), México e Israel, Grécia e Portugal, demonstrando que não foi à toa que ele viu, nos relatos dos viajantes quinhentistas, a riqueza de se fazer e narrar tais percursos de viagens, em que o confronto com outras culturas pode revelar a beleza da paisagem e do humano.

Uma historiografia literária que recuperasse os relatos de viagens, além da esperada originalidade, contribuiria para a ampliação e concretização da própria disciplina, da teoria da literatura e do campo literário brasileiro.

RIBEIRO, R. C. TRAVEL LITERATURE AND BRAZILIAN LITERARY HISTORYGRAPHICAL

Abstract: This article presents a study relating travel literature and the busy place for them in some histories of Brazilian literature. The authors selected are: Alfredo Bosi, José Guilherme Merquior and Erico Verissimo. The essay presents, also, an sketch of a possible trip literature history.

Keywords: Literary historygraphical, travel literature, Brazilian literature.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 37 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**. 11 ed. São Paulo: Difel, 1982. 3 vol.

FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. In: SEMEAR: Revista da cátedra Padre Antônio Vieira de estudos portugueses. Rio de Janeiro, n. 7, 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). **Histórias da literatura**: as novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996.

PAES, José Paulo; MOISÉS, Massaud. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1969.

PERKINS, David. **História da literatura e narração**. Trad. Maria Ângela Aguiar. Porto Alegre: FALE/PUCRS, 1999.

VERISSIMO, Erico. **Breve história da literatura brasileira**. Trad. Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995.

VIEIRA, Nelson H. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). **Histórias da literatura**: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.